

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Aos Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Energipar Participações S.A. ("Companhia") apresenta-lhes, a seguir, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, preparados sob a responsabilidade da administração da Companhia e de acordo com o pronunciamento técnico CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis e com a norma internacional de contabilidade IAS 01 – Presentation of Financial Statements, emitida pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Demonstrações Financeiras.

A Companhia é parte integrante da Organização Odebrecht, controlada indiretamente pela Construtora Norberto Odebrecht S.A. ("CNO"), através de sua controlada integral Belgrávia Empreendimentos Imobiliários S.A. e tem por objeto social a emissão de debêntures simples, de espécie subordinada, destinadas: (i) à distribuição pública no mercado de valores mobiliários e (ii) à subscrição privada pela CNO ou por quaisquer de suas controladas, que assegurem aos titulares, participação nos lucros, compra e venda, com recursos oriundos da emissão de debêntures, de participações societárias detidas pela CNO no capital social de outras empresas.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais

	2014	2013		2014	2013
Ativo			Passivo		
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	131	74	Demais contas a pagar		4
	131	74	Patrimônio líquido		
			Capital social	1.199	979
			Prejuízos acumulados	(1.068)	(909)
				131	70
Total do ativo	131	74	Total do passivo e patrimônio líquido	131	74

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em milhares de reais

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2012	649	(621)	28
Aumento de capital	330		330
Prejuízo do exercício		(288)	(288)
Em 31 de dezembro de 2013	979	(909)	70
Aumento de capital (Nota 4 (a))	220		220
Prejuízo do exercício		(159)	(159)
Em 31 de dezembro de 2014	1.199	(1.068)	131

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Afonso Celso Florentino de Oliveira - Contador - CRC MG - 071304/O-7 S-RJ - CPF: 874.220.506-91

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A Energipar Participações S.A. ("Companhia") foi constituída em 5 de agosto de 1996, tendo por objeto social a emissão de debêntures simples, de espécie subordinada, destinadas (i) à distribuição pública no mercado de valores mobiliários e (ii) à subscrição privada pela Construtora Norberto Odebrecht S.A. ("CNO") ou por quaisquer de suas controladas, que assegurem aos titulares, participação nos lucros, compra e venda, com recursos oriundos da emissão de debêntures, de participações societárias detidas pela CNO no capital social de outras empresas.

A Companhia é parte integrante da Organização Odebrecht, controlada indiretamente pela CNO, através de sua controlada integral Belgrávia Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Belgrávia"), sendo uma sociedade anônima de capital aberto, com registro na Comissão de Valores Mobiliários – ("CVM").

Atualmente, a Companhia não possui operações relevantes e todos os gastos relacionados à sua manutenção são suportados pela controladora indireta CNO, que tem o compromisso de prover os recursos necessários para liquidação das obrigações da Companhia.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 30 de janeiro de 2015.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e as normas emitidas pela CVM.

As demonstrações financeiras também foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (*International Financial Reporting Standards* – IFRS), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"). Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas para contabilizar ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes às provisões, impostos e outros similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.3 Ativos financeiros

(a) Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria de empréstimos e recebíveis, os quais são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante e compreendem apenas caixa e equivalentes de caixa que, em 31 de dezembro de 2014, apresentam o valor de R\$ 131 (31 de dezembro de 2013 – R\$ 74). Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, com base no método da taxa de juros efetiva.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (*impairment*). O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor da perda é reconhecido no resultado.

3 Instrumentos financeiros

(a) Considerações gerais

A Companhia opera com instrumentos financeiros, sendo este caixa e equivalentes de caixa.

A administração dos riscos envolvidos nessas operações é efetuada através do suporte da controladora indireta CNO, conforme mencionado na Nota 1.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros da Companhia aproximam-se dos seus valores de realização.

(c) Derivativos

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros instrumentos de caráter especulativo.

4 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 1.199 (31 de dezembro de 2013 – R\$ 979), subscrito e integralizado totalmente por pessoas físicas e jurídicas nacionais, é representado por 33.999.930 (31 de dezembro de 2013 – 27.769.962) ações ordinárias e 27.069.678 (31 de dezembro de 2013 – 22.109.573) ações preferenciais. Em 17 de junho de 2014, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia no valor de R\$ 220, mediante a emissão de 11.900.073 novas ações nominativas e sem valor nominal, sendo 6.229.968 ordinárias e 4.960.105 ações preferenciais, totalmente subscritas e integralizadas mediante a capitalização de adiantamento para futuro aumento de capital, pela acionista Belgrávia, passando de R\$ 979 para R\$ 1.199. Em 27 de junho de 2013, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia no valor de R\$ 330, mediante a emissão de 16.785.110 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas mediante aporte em moeda corrente nacional pela acionista Belgrávia, passando de R\$ 649 para R\$ 979.

(b) Direito das ações

As ações preferenciais, sem direito a voto, têm prioridade no reembolso do capital em caso de liquidação e, com base na Lei nº 10.303/01, as ações preferenciais e ordinárias têm o mesmo direito quanto ao recebimento de dividendos.

Aos titulares de ações de qualquer espécie será atribuído, em cada exercício, um dividendo não inferior a 25%, tendo como base o lucro líquido do exercício ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Em futuros aumentos de capital poderão ser emitidas ações preferenciais, da mesma classe das existentes, até o limite de 2/3 (dois terços) do capital social, sem guardar proporcionalidade e sem aprovação prévia ou ratificação dos acionistas detentores de ações preferenciais.

Atualmente, a Companhia não possui operações e todos os gastos relacionados à sua manutenção são suportados pela controladora indireta CNO, que tem o compromisso de prover os recursos necessários para liquidação das obrigações da Companhia.

Auditores Independentes

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14.01.2003, e ao Ofício-Circular CVM/SNC/SEP nº 002/2006, de 28.12.2006, a Companhia informa que não contratou outros serviços, que não sejam relacionados à auditoria, da KPMG Auditores Independentes, empresa responsável pela auditoria externa no exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

A política de atuação da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa, junto aos nossos auditores independentes, se fundamenta nos princípios internacionalmente aceitos, que preservam a independência desses auditores e consistem em:

- (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho;
- (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; e
- (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

Em observância às disposições constantes na instrução CVM 480, declaramos que discutimos, revisamos e concordamos com o relatório de auditoria independente emitido sobre as respectivas Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

A administração.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
Em milhares de reais,
exceto quando indicado de outra forma

	2014	2013
Despesas operacionais		
Gerais e administrativas	(159)	(288)
Prejuízo do exercício	(159)	(288)
Prejuízo por ação, atribuível aos acionistas da Companhia no final do exercício (expresso em reais) (Nota 4 (c))	(0,0028)	(0,0069)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
Em milhares de reais

	2014	2013
Prejuízo do exercício	(159)	(288)
Total do resultado abrangente do exercício	(159)	(288)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
Em milhares de reais

	2014	2013
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(159)	(288)
Variação nos ativos e passivos:		
Demais contas a pagar	(4)	(4)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(163)	(292)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento de capital	220	330
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	220	330
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquido	57	38
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	74	36
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	131	74

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
Em milhares de reais

	2014	2013
Insumos adquiridos de terceiros		
Serviços de terceiros contratados	(104)	(115)
Gastos administrativos (materiais, energia e outros)	(55)	(173)
Valor adicionado total a distribuir	(159)	(288)
Distribuição do valor adicionado		
Prejuízo do exercício	(159)	(288)
Valor adicionado distribuído	(159)	(288)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

(c) Resultado por ação

A Companhia apresenta o cálculo do resultado por ação básico, calculado através da divisão do prejuízo do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício.

	2014	2013
Prejuízo do exercício atribuível ao acionista da Companhia	(159)	(288)
Média ponderada da quantidade de ações, por classe		
Ações preferenciais	24.786.671	22.109.573
Ações ordinárias	31.132.438	19.584.347
	55.919.109	41.693.920

Resultado por ação (expresso em Reais)

Ações preferenciais e ordinárias (0,0028) (0,0069)

(d) Reserva de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício, quando incorrido, nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

(e) Dividendos

De acordo com as disposições estatutárias da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da lei societária.

5 Remuneração do pessoal-chave da administração

Não há remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração. Toda a manutenção da Companhia é suportada pela controladora indireta CNO (Nota 1).

DIRETORIA

Antonio Marco Campos Rabello - Diretor Presidente • Adriano Chaves Jucá Rolim - Diretor • Aluizio da Rocha Coelho Neto - Diretor de Relações com Investidores

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da Energipar Participações S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras da Energipar Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pela *International Accounting Standards Board* - IASB, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras

da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Energipar Participações S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB.

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação complementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 09 de fevereiro de 2015

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6Anselmo Neves Macedo
Contador CRC 1SP160482/O-6